

Educação para as Relações Étnico-Raciais: um caminho possível para a desconstrução de estereótipos e preconceitos

LUCIENE CECILIA BARBOSA*

Resumo

Neste artigo relatamos e analisamos a experiência vivenciada como docente em uma disciplina do curso de graduação ministrado na Faculdade das Américas, em São Paulo, em 2013 e 2014. A disciplina optativa “Culturas e Relações Étnico-Raciais” é oferecida aos alunos de todos os cursos dessa Instituição. A proposta, aqui, é refletir e analisar dois dos tópicos geradores que fazem parte do curso: branquitude e linguagem.

O curso atende às Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08**, que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e torna obrigatório o Ensino da Cultura e História Afro-brasileira, Africana e Indígena nos currículos das unidades escolares brasileiras. A implementação das Leis aponta caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao analisar o universo das relações étnico-raciais na sociedade, percebe-se, de acordo com as pesquisas realizadas sobre o tema, que o preconceito étnico-racial e, portanto, as práticas racistas estão presentes no cotidiano.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais; branquitude; racismo e linguagem.



* **LUCIENE CECILIA BARBOSA** é Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Especialista em Gestão Educacional. Atualmente é Assistente Pedagógica no Núcleo de Educação Étnico-racial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Leciona no curso de Pedagogia da Faculdade das Américas – São Paulo. É pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro da Universidade de São Paulo (NEINB/USP). Integra o Banco de Avaliadores do INEP/MEC.

** As Leis Federais 10.639/03 e 11645/08, alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394, que tornam obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena nas unidades escolares no Brasil. Dentro do cenário das Relações Étnico-Raciais refletiremos com mais profundidade sobre a Lei 10.639/03.

Introdução

"Devemos lutar pela igualdade sempre que a diferença nos inferioriza, mas devemos lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza".

Boaventura de Sousa Santos

O objetivo do curso “Culturas e Relações Étnico-Raciais” é proporcionar o conhecimento conceitual do que são as relações étnico-raciais no Brasil. O estudo da construção social do racismo e suas repercussões na sociedade contemporânea. É fundamental que os estudantes percebam que essa discussão não ficou no passado, mas faz parte de um cenário atual no qual estamos inseridos. É imprescindível, dentro deste contexto, a compreensão da relação entre a cultura brasileira e as especificidades da diversidade das relações étnico-raciais no Brasil. Para tanto, escolhemos entre os tópicos geradores do curso, trazer para esta reflexão as questões sobre branquitude e linguagem.

Ao pensarmos a estrutura do curso tomamos como desafio trabalhar os tópicos geradores de tal forma que a relação teoria/prática apareça como dimensão indissociável da prática cotidiana. Ressaltamos que a nossa intenção é que a disciplina vá muito além dos muros da instituição de ensino; é que os conteúdos apreendidos possam fazer parte da vivência cotidiana dos educandos.

Em um cenário marcado pela falta de uma cultura que, de fato, respeite a diversidade e não enxergue a diferença como um defeito que precisa ser corrigido, as Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 surgem como exercício da diversidade étnico-cultural que compõe o Brasil.

Precisamos estar atentos às diferentes formas de propagação e disseminação

do racismo. O preconceito racial já está internalizado no inconsciente coletivo da sociedade, ele aparece sutilmente, muitas vezes, em forma das ditas “brincadeiras”, no nosso cotidiano! Esse pode ser um dos motivos que algumas pessoas não reconheçam que são vítimas de racismo.

Quando paramos para analisar esses estereótipos que estão contextualizados no nosso dia-a-dia e nos concentramos nos efeitos que eles provocam, percebemos que isso não pode passar como um detalhe banal, pois não é. Poucas vezes refletimos nos efeitos negativos que isso causa na vida da população negra. Os resultados podem ser negativos tanto no comportamento do discriminado como no discriminador. Pois, quem discrimina por algum motivo acredita na farsa de uma suposta superioridade.

Educação para as Relações Étnico-Raciais – Lei 10.639/03

Os dados de pesquisas como IBGE e IPEA¹ comprovaram e comprovam – a afirmação do Movimento Negro – a exclusão da população negra do sistema educacional e no mercado de trabalho. As práticas racistas, diferentemente do que defendem alguns, não se trata de opinião, é um crime que interfere negativamente no exercício da cidadania dos negros e, por conseguinte, reproduz e perpetua a desigualdade racial.

¹ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A implementação da Lei 10.639/03 tem como objetivo a compreensão teórica e a aplicação na prática, como alternativa, de combate aos preconceitos e ao racismo para a formação de uma sociedade mais justa. Uma Educação comprometida com a sociedade deve promover alternativas didáticas que contemplem a diversidade e consolidem a igualdade étnico-racial em uma sociedade multirracial, como é o caso da sociedade brasileira.

É comum os alunos chegarem para cursar a disciplina cheios de convicções, sobretudo, estas aparecem nos primeiros discursos como por exemplo, a seguinte afirmação: “mas o próprio negro é racista”. A nossa primeira ação é chamar a atenção para o fato de que a nossa sociedade tem como prática mais comum culpabilizar a vítima em situação de discriminação. Devemos tratar o racismo como um problema social e não como se fosse um problema “psicológico” do indivíduo. É preciso enfatizar que a questões raciais estão muito além “dos muros do nosso quintal” e que estamos falando de um problema que tem ocupado espaço no debate social e acadêmico há muito tempo.

Percebemos que apesar do título da disciplina ser “Culturas e Relações Étnico-Raciais”, ainda assim, entre os matriculados, há aqueles que resistem ao debate da questão, sobretudo, ao reconhecimento da existência do racismo no Brasil. É um reflexo do que vemos, cotidianamente, na sociedade brasileira, a tentativa de silenciar, omitir, esvaziar ou minimizar o debate racial. Por trás do silêncio e da omissão está a garantia da manutenção do *status quo*.

A nossa experiência como educadora, pesquisadora e formadora nos cursos de capacitação de professores demonstra

que é muito comum as pessoas negarem a existência do racismo na sociedade brasileira. Percebemos que existe a falta de re (conhecimento) de que o racismo faz parte da realidade brasileira e é um problema social (ou seja, foi produzido socialmente) e não um fenômeno natural, fruto da natureza ou, ainda, um problema cuja vítima (o negro) é o responsável.

É imprescindível ter em mente que os princípios democráticos são fundamentais para trabalhar um tema desafiador como este que se relaciona diretamente com a construção da subjetividade dos envolvidos no processo educativo.

Combater as injustiças que perpassam a “nossa” História é tarefa de todos aqueles que estão comprometidos com a construção de uma sociedade em que sobressaia o respeito e a tolerância ao igual, mas, sobretudo, ao diferente. Como educadores e educadoras devemos desvelar o sentido ideológico que se manifesta por meio do ensino para manutenção do *status quo*. Um dos caminhos é rever a “História Seletiva” – como propõe a Lei 10.639/03.

A inserção desse tema nos currículos escolares vai ao encontro do que defendem autores como Paro (2007) e Luck (2010). Para existir, de fato, uma educação democrática e participativa torna-se necessário o combate às desigualdades. Paro (2007), por exemplo, ressalta que um dos problemas para o sucesso da educação é o fato de não serem consideradas as especificidades e as desigualdades existentes na sociedade.

Dentro do contexto apresentado, cabe salientar o que afirma Perrenoud em relação ao papel do educador diante dos preconceitos:

(...) não basta ser individualmente contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais. Isso é apenas uma condição necessária para que os propósitos do professor sejam confiáveis. (...). Há em cada classe alunos educados no sexismo ou no racismo, que veiculam estereótipos ouvidos desde a mais tenra infância, e também crianças mais tolerantes pelo fato de sua condição social e de sua família favorecerem essa atitude. (PERRENOUD, 2000, p. 146).

Nessa discussão devemos considerar que o currículo é sempre fruto da memória coletiva de uma sociedade e essa memória, como afirma Le Goff (1990), está diretamente vinculada às relações de poder. Conforme Apple (1999:59): “o currículo não é um conjunto neutro de conhecimento. Ele é sempre parte de uma “tradição seletiva” resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo”.

A Educação deve ser um espaço de promoção do respeito à diversidade étnico-racial e às diferenças. Não se pode reforçar a ideia de apenas um modelo de humanidade. E a educação faz isso quando privilegia a história de um povo em detrimento dos demais. É necessário dar a mesma ênfase para todas as culturas que compõem a diversidade étnico-racial brasileira.

O debate em torno da questão racial propicia a reflexão sobre a prática educativa como propõe Freire (1996). É preciso construir e reconstruir a nossa prática como educadoras (es) continuamente. Trabalhar valores sócio-históricos que remetem à ancestralidade africana exige ir muito além de (re)visitar a história da população negra: é necessário reconhecer que a África faz parte da cultura e da história da nação

brasileira, não é a história “deles”, mas é conhecer e reconhecer a “nossa” história como povo brasileiro.

Ao abordar a Lei 10.639/03 é muito comum ouvirmos a pergunta: por que essa lei agora? A lei é fruto de uma história de luta dos afrodescendentes que teve início no momento do embarque, ainda em continente africano, e vem desde então perpassando as manifestações religiosas e culturais como forma de resistência à imposição cultural do opressor.

Como consta no texto da Lei Federal 10.639/03 para trabalhar a “História e Cultura Afro-brasileira e Africana” teremos que estudar passado, presente e futuro, evitando assim distorções sobre a História da África e seus descendentes. É preciso estar atento em relação à memória coletiva da sociedade brasileira.

Branquitude

Diante dos relatos da História oficial pode-se constatar a completa ausência de uma memória positiva em relação ao negro e à África, perpetuando-se, cada vez mais, uma memória (coletiva) repleta de dados incorretos. Tal afirmação reforça-se nas palavras de Le Goff ao abordar a relação entre memória e poder:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 426)

Ao nos remetermos aos mecanismos do processo de dominação utilizados pela sociedade colonial, podemos afirmar que estes destroem e comprometem a formação das identidades. A disseminação de estigmas negativos reforça a ideia de superioridade de um grupo em detrimento do outro. Em contrapartida, a identidade de um grupo se constrói e se mantém através da inferioridade do “outro”. Portanto, o discriminado tanto quanto o discriminador é vítima de uma armadilha, pois, os considerados “modelos” possuem a “ilusão” de uma suposta superioridade.

Ao pensarmos no contexto das relações étnico-raciais é preciso analisar os processos de formação da identidade branca (branquitude). Para tanto, primeiramente, recorreremos à definição de racismo de acordo com Munanga (2004): o racismo é a crença na suposta hierarquização das chamadas “raças” humanas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.

Um momento do curso impactante é quando discutimos branquitude. Na maioria das vezes, sequer os estudantes tinham escutado falar sobre o assunto.

Para analisar a identidade branca utilizamos aqui a definição de Frankenberg (1999, p. 43-44) sobre branquitude. Segundo a autora: “é um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo”.

O ponto de partida, dessa reflexão, são os estudos que enfocam a branquitude e problematizam o papel do branco e a construção da identidade branca nas

relações binárias negro/branco. O objeto de análise das relações raciais deixa de ser somente o negro, e passa a incluir, fundamentalmente, o comportamento do branco.

Dentro do contexto dessa discussão considera-se importante a definição de outros conceitos como discriminação e preconceito. Embora exista uma semelhança entre os dois termos, há diferenças entre um e outro. De acordo com Pierson:

“Preconceito” e “discriminação” são termos semelhantes, mas também diferentes. Não obstante isso, alguns autores empregam-nos como sinônimos. A discriminação é ato; o preconceito é atitude. Um ato pode ser observado; uma atitude só pode ser inferida. A discriminação é desigualdade de tratamento. Ocorre em vários casos podendo a responsabilidade recair numa coisa ou noutra. Na sua origem pode ser individual ou grupal (...).

O preconceito de raça é uma atitude. Em outras palavras é uma tendência para agir num sentido contrário em relação ao membro de outro grupo racial presumível ou real; uma tendência para agir de maneira automática. (PIERSON, 1971, p. 40-43).

Para compreender o cerne das relações étnico-raciais torna-se fundamental recorrer aos estudos sobre a branquitude. É importante repensar a construção do paradigma estabelecido de que o homem branco europeu seja modelo pleno de humanidade.

Os relatos preconceituosos deram margem ao nascimento das teorias que embasam o pensamento racista. Assim, contrariando o discurso da igualdade, os pensadores utilizam o conceito de raça existente, até então, nas ciências naturais, na classificação das plantas, para categorizar a diversidade humana.

De acordo com Munanga, Carl Von Linné (Lineu), um naturalista sueco, fez a primeira classificação da diversidade humana em quatro raças.

Americano: que o próprio classificador comenta como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado.

Asiático: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas.

Africano: negro, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados.

Europeu: branco, sangüíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas. (MUNANGA, 2004, p. 25)

A apresentação das teorias racistas é outro momento importante durante o curso, pois demonstra como a ideia de racismo, tal qual a conhecemos hoje, foi pensada, manipulada e perpetuada para a manutenção do *status quo*. Ao problematizar as relações binárias negro/branco, pode-se concluir que tal operação simbólica é marcada pela relação de poder e de dominação do grupo que se considera superior, no caso: o branco.

Ao discutirmos as relações étnico-raciais é preciso considerar que o pertencimento a um grupo simbolicamente privilegiado traz mais vantagens do que pertencer a um grupo historicamente estigmatizado de forma negativa. Como não desejar fazer parte de um grupo que foi e continua sendo colocado como paradigma estético e cultural? Quem deseja se identificar

com o que é considerado ruim? As questões do pertencimento e da identidade estão ligadas diretamente à autoestima e à memória coletiva de um povo. Por isso, torna-se fundamental a desconstrução dos preconceitos e estereótipos relacionados à população negra e à cultura africana e afro-brasileira.

Os estudos sobre as relações raciais, a partir do enfoque da branquitude, auxiliam a focalizar e compreender o problema bilateral das relações entre negros e brancos. Sobre os comportamentos pautados pela branquitude. Piza afirma:

Atuar sobre um poder, por vezes mais simbólico do que real, sobre crenças de supremacia branca, sobre valores “neutros” e “transparentes”, é um esforço igual ou talvez maior do que o que se despense para apagar das mentes de pessoas discriminadas as marcas do preconceito, do medo, da insegurança e da desigualdade. (PIZA, 2002, p. 72).

A representação do branco como padrão universal de humanidade – a branquitude – garante-lhe um lugar simbólico e confortável na sociedade. O negro, em contraposição, é reduzido a uma coletividade sobre a qual se faz relação de traços fenotípicos com estereótipos sociais e morais, culminando no racismo. Como ressalta Carone (2002: 23): “a cor/raça protege o indivíduo branco do preconceito e da discriminação raciais na mesma medida em que a visibilidade do negro o torna um alvo preferencial de descargas de frustrações impostas pela vida social”.

Os estudos que enfocam a branquitude problematizam o papel do branco e a construção da identidade branca nas relações binárias negro/branco. O objeto de análise das relações raciais deixa de ser somente o negro e passa a incluir,

fundamentalmente, o comportamento do branco.

A inserção nos currículos escolares da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena é fundamental para conhecer e (re) conhecer a História do Brasil e dos brasileiros. Como já foi colocado anteriormente, é importante destacar que há uma veiculação de estereótipos em relação à África e aos afrodescendentes que cabe a uma sociedade, que se pretende comprometida com a justiça e com a igualdade racial, reconhecer, rever e combater tais preconceitos e estereótipos.

Silva (2005) – conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a primeira negra a ocupar o cargo nesse órgão – ressalta a relevância da Lei 10.639/03 para propiciar o conhecimento a respeito da história dos africanos e dos afrodescendentes, tanto para os alunos quanto para os educadores. A educação deve combater o racismo que traz como uma das consequências a perpetuação da desigualdade racial e as desvantagens seculares à população negra: como a exclusão na Educação e no mercado de trabalho. Serrano & Waldman corroboram tal afirmação:

O argumento pelo qual se estaria privilegiando uma etnia determinada, a saber, a dos negros, também não se sustenta. No Brasil, o grupo afrodescendente, mesmo constituindo maioria demográfica no Brasil, forma simultaneamente uma minoria sociológica. Em outras palavras, o grupo está sub-representado na maioria das esferas da vida social. Essa ausência de representatividade obviamente repercute no sistema de ensino, que desqualifica ou simplesmente se cala a respeito da história e da

cultura negro-africana. (SERRANO & WALDMAN, 2007, p. 19)

A discussão sobre as relações raciais no Brasil é de extrema relevância para a intervenção positiva na vida da população negra para que haja, de fato, uma sociedade democrática e justa, revertendo os efeitos nefastos de séculos de racismo e preconceito.

Linguagem e Ideologia

Desde que nascemos nos relacionamos com o mundo e tudo que nos cerca. A partir dos primeiros momentos de nossas vidas começamos a interagir com o mundo. Uma das formas dessa interação se dá através da linguagem.

(...) a linguagem contém e se fixa a experiência e o saber das gerações passadas (...), influencia o nosso modo de percepção da realidade, é também, em certo sentido, a criadora da nossa imagem do mundo. No sentido em que a nossa articulação do mundo é pelo menos, em certa medida, a função de experiência, não só individual, mas também social, transmitida ao indivíduo pela educação e, antes de tudo, pela linguagem”. (SCHAFF, 1976: 250).

Logo cedo, as famílias, a escola, a religião, enfim, a sociedade encarrega-se de passar os valores que regem as nossas vidas, que já estão formulados e perpetua-se, de geração em geração, através da história. É através de tudo que nos é transmitido que formamos as nossas opiniões, muitas vezes, sem nenhum embasamento empírico, consideradas como verdades. Como salienta Bosi (1997: 100): “confiamos nas instituições que nos socializam, eis a razão das nossas primeiras crenças e atitudes”.

Ao considerar que a escola é um espaço de formação e informação é necessário garantir aos educandos uma formação

plena para a cidadania, é fundamental que os alunos compreendam a realidade na qual estão inseridos e seus fenômenos socioculturais para que possam intervir para transformar a realidade na qual vivem.

Autores como Lippmann (1972), Bosi (1997) e Heller (1970), ao descreverem as armadilhas presentes na disseminação dos preconceitos, advertem a respeito dos mecanismos utilizados na reprodução dos estereótipos, geração após geração, de modo que a estigmatização negativa de um grupo em detrimento do outro se confunda com uma realidade “natural”, ou seja, desigualdades sociais e raciais, produzidas pela sociedade, são transformadas em obras do acaso ou produtos da natureza.

Para falarmos sobre as relações étnico-raciais recorreremos aos estudos da linguagem e sua relação com uma ideologia dominante e a visão de mundo de cada um. Pois, a linguagem, enquanto discurso, é entendida como espaço de conflito, onde ocorre o confronto ideológico, próprio dos processos histórico-sociais. Como afirma Schaff:

(...) a linguagem, que é um reflexo específico da realidade, é também, em certo sentido, a criadora da nossa imagem do mundo. No sentido em que a nossa articulação do mundo é pelo menos, em certa medida, a função da experiência, não só individual, mas também social, transmitida ao indivíduo pela educação e, antes de tudo, pela linguagem. (SCHAFF, 1976, p. 254-255).

Um dos exemplos que apresentamos em sala de aula para demonstrar como a linguagem pode naturalizar os preconceitos é a definição de negro e branco que encontramos no dicionário

Aurélio. A linguagem é uma ferramenta eficiente na propagação dos preconceitos e estereótipos, uma vez, que propagamos os valores embutidos nas palavras de maneira “naturalizada”. Como as definições abaixo:

Branco: *adj.* 1. Da cor da neve, do leite, da cal, alvo. 2. Diz-se das coisas que, não sendo brancas, têm cor mais clara que outras da mesma espécie. 3. Pálido, descorado. 4. Prateado, argênteo. 5. Diz-se do indivíduo de raça branca. Sm. 6. A cor branca. 7. Homem de raça branca. 8. Espaço entre linhas escritas ou impressas (FERREIRA, 1989, p. 78).

Negro: *adj.* 1. De cor preta. 2. Diz-se do indivíduo de raça negra; preto. 3. Sujo, encardido. 4. Sombrio. 5. Lúgubre. Sm. 6. Indivíduo de raça negra. 7. Escravo (IDEM, 1989, p. 353).

Parafraseando Orlandi (2005) os sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Pois, a margem do dizer do texto também faz parte dele.

“O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela nossa língua”. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar, para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x”. O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados (ORLANDI, 2005, p. 32).

Uma situação que utilizamos em sala de aula, que vai ao encontro da afirmação

de Orlandi (2005), é o caso que aconteceu com o goleiro Aranha, jogador do Santos Futebol Clube (no segundo semestre de 2014). Em um jogo de futebol do Grêmio contra o Santos, Aranha foi chamado de “macaco” pelos torcedores do Grêmio. Na ocasião, uma torcedora do clube ganhou destaque, pois ela foi flagrada pelas câmeras das emissoras de televisão, nitidamente, ofendendo o jogador.

O goleiro santista denunciou os torcedores envolvidos. A torcedora flagrada pelas câmeras defendeu-se da acusação de racismo, alegando-o que chamou-o de macaco, mas não tinha a intenção de ofendê-lo, até porque, segundo ela, havia pessoas negras em seu círculo de amizades. Ora, não adianta negar que ela cometeu um ato racista, independente da intenção dela ofender ou não, existe todo um contexto sócio-histórico no qual uma das maneiras utilizadas para inferiorizar e desumanizar o negro era e é, justamente, recorrer à zoologia, colocando-o como um ser irracional, logo, menos humano, menos capaz e menos inteligente do que o considerado branco.

Cabe aqui apropriar-nos da afirmação de Orlandi (2005: 34), pois, “só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras”. É importante destacar que os sentidos não se esgotam no imediato, fazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores.

Considerações finais

É preciso que tenhamos coragem para encarar o Brasil como ele é sociologicamente e não como o projetamos e desejamos que o seja ideologicamente. Sim, existe uma diferença entre o Brasil ideal e o real,

que é o que temos de fato, o que está aí com situações de racismo que acontecem todos os dias.

O nosso desafio é quebrar sim o ciclo vicioso da desigualdade racial e vermos os negros ocupando lugares que majoritariamente são ocupados pelos brancos. Precisamos, e por meio dos cursos tentamos fazer isso, quebrar o silêncio e a omissão dessa parte da história. Como brasileiros, negros, brancos e indígenas, temos o direito de conhecer uma nova versão da nossa história, a versão dos que foram, historicamente, explorados e excluídos.

O nosso desafio é que os alunos manifestem níveis cada vez mais aprofundados em relação aos estudos realizados, por meio da compreensão da importância do respeito às diferenças e a diversidade étnico-racial brasileira e a conscientização da importância de sua contribuição como cidadão na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Um aspecto positivo no decorrer do curso, sobretudo no final, é a autocrítica dos estudantes. Muitos admitem que mesmo sem intenção foram racistas em algum momento da vida, ou vivenciaram momentos de discriminação e sequer perceberam.

No início do curso é comum ouvirmos dos alunos que o maior responsável pelo racismo é o próprio negro, pois não devemos alimentar discussões sobre o racismo, pois quanto mais atenção se dá aos casos de racismo, mais esses casos acontecem. Outra fala muito presente é a seguinte: “Ah o negro pobre não sofre mais preconceito do que o branco pobre, todos sofrem preconceito de maneira igual”. No final do curso, podemos perceber que, falas como essas são desconstruídas pelos mesmos que fizeram tais afirmações. Um exemplo

desses momentos é quando uma aluna afirma que mesmo em situações sociais iguais (de pobreza) o “pobre branco” gozará dos privilégios da sua branquitude que o pobre negro nunca poderá gozar.

Outro momento marcante é quando uma das alunas diz: “eu era contra cotas raciais, mas mudei de ideia. Pois, quando começamos a entender a construção social do racismo e suas conseqüências entendemos que a cota é uma reparação social”.

No final do curso apresentamos algumas situações de discriminação e racismo aos alunos por meio de textos e vídeos para que fossem identificadas as situações discriminatórias e racistas e eles apresentassem planos de intervenção/ação (cada qual em sua área de atuação) a partir dos conceitos apreendidos durante as aulas. O resultado é sempre excelente, pois percebemos a inter-relação entre a teoria estudada durante o período e a prática cotidiana de cada um deles.

Referências

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. Porto: Porto Editora, 1999.

BOSI, Ecléa. **A opinião e o estereótipo**. Revista Contexto, 1997.

CARONE, Iray & BENTO, Maria A. S. (orgs.). **A Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Dicionário Aurélio Infantil da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FRANKENBERG, Ruth. **White womem, race masters: The social construction of whiteness**. USA: University of Minnesota, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas-SP, Unicamp, 1990.

LIPPMANN, Walter. Estereótipos. In: STEINBERG, CH. São Paulo, Cultrix, 1972.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade

Etnia. **Cadernos PENESB**. Niterói; EdUFF, p.17-34, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. Campinas, SP. Pontes, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para ensinar: Convite à Viagem**. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia (estudo de contato racial)**. São Paulo, Editora Nacional, 1971.

PIZA, Edith. Porta de vidro. Entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray & BENTO, Maria A. S. (orgs.). **A Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e braqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SERRANO, Carlos & WALDMAN, Maurício. **Memória d'África. A temática Africana em sala de aula**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SILVA, Petronilha. Aprendizagem e ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília, 2005.

SCHAFF, A. **Linguagem e conhecimento**. Coimbra: Almedina, 1976.

Recebido em 2015-04-10
Publicado em 2015-05-10